

CAFEICULTURA MINEIRA: FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO – 1809-1870¹

*Mônica Ribeiro de Oliveira*²

A Zona da Mata Mineira está situada a leste de Minas Gerais. A definição de seus limites geográficos passou por diversas fases no decorrer dos anos. Localidades foram incluídas e excluídas, chegando a abarcar, no século XIX, partes das sub-regiões Metalúrgica e Rio Doce³. Adotaremos a classificação do segundo distrito eleitoral estadual de 1909, que dividiu a Mata em três partes: uma ao sul, formada pelos municípios cafeicultores de Mar de Espanha, Além Paraíba, Leopoldina e Juiz de Fora; outra ao centro, formada pelos municípios de Rio Novo, Rio Pomba, Cataguases, Ubá, Muriaé, Rio Branco, Viçosa e Carangola e outra ao norte, reflexo da expansão da fronteira do café, no final do século XIX, formada por Manhuaçu, Abre Campo e Ponte Nova. Nossa análise se centralizará na Mata Sul, no território contíguo à Província Fluminense, mais especificamente nos municípios que podem ser considerados os pioneiros na expansão do café. Com relação à sua denominação, o geógrafo Orlando Valverde considera que foi a fisionomia da vegetação natural que deu à Mata o nome que conserva. Era coberta por um denso manto florestal, compacto e homogêneo que, de certa forma, constituía um obstáculo à livre penetração de pessoas. O autor destaca que o governo português optou, deliberadamente, por manter as condições desfavoráveis da região, para impedir a fuga do ouro (Valverde, [s.d.], p. 25). Foi através da abertura do Caminho Novo, construído por Garcia Rodrigues Paes, que as matas foram devastadas da Serra do Mar até Paraíba do Sul e depois do Vale do Paraíba até o Alto da Mantiqueira (Carvalho, 1953, p. 29). Surgiram as primeiras localidades como Simão Pereira, Matias Barbosa e Chapéu D'Uvas.

É consenso entre os cronistas, viajantes e geógrafos que a abertura do Caminho Novo, que tornou possível a ligação direta das Minas com o Rio de Janeiro, propiciou a ocupação da região. Ao longo do seu itinerário surgi-

1 Este artigo faz parte das reflexões da minha tese de doutorado intitulada: “Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870”.

2 Professora do Departamento de História da UFJF, Doutora em História Social pela UFF.

3 O Termo de Barbacena, quando criado no final do século XVIII, incluía geograficamente parte das Vertentes e toda a Mata.

ram roças e ranchos para a estalagem de tropeiros e animais que nele trafegavam.

Percebe-se, através dos relatos de viajantes, produção e comercialização de alimentos já nas primeiras décadas do século XVIII, o que permitiu, em um primeiro momento, entrevermos que a abertura da fronteira agrícola da Mata Mineira foi remota e esteve vinculada diretamente ao auge da mineração. Dentro dessa mesma perspectiva, Douglas Libby, ao estudar os Mapas de População para Minas, levanta a hipótese da existência de uma economia de subsistência anterior à expansão cafeeira, o que as informações até aqui arroladas tendem a confirmar.

Mas o efetivo povoamento não pôde processar-se completamente devido à proibição de trânsito livre na região. A ocupação só se concretizou com o decréscimo da extração aurífera, quando afrouxaram-se as proibições portuguesas de tráfego livre na estrada. Através da leitura dos relatos de viajantes, percebemos que todos são unânimes ao considerarem a importância das concessões de sesmarias no processo inicial de abertura da fronteira agrícola na região. Mas, através do cruzamento dos dados das Cartas com as propriedades efetivamente instaladas na Mata em meados do século XIX, percebemos que esse processo realmente se instaurou a partir das duas primeiras décadas do século, portanto, com uma ocupação mais recente, após o término do sistema de sesmarias. Contudo, observamos a formação de algumas grandes propriedades através de grande número de cartas de sesmarias outorgadas, às vezes, para uma mesma família, ao contrário do que menciona Daniel de Carvalho, importante estudioso dos aspectos econômicos e geográficos da história de Minas Gerais⁴. Cabe a esse autor a difusão errônea da concepção de que o sistema de sesmarias teria levado à formação de pequenas e médias propriedades na província. Diante da ausência de pesquisa empírica mais elaborada, essa idéia foi difundida em trabalhos acadêmicos até a década de 1990⁵. Porém, relatos de outros historiadores e cronistas relacionam as doações de sesmarias com a constituição de latifúndios na sub-região. Manuel do Valle Amado teria recebido 19 sesmarias, além de outras para seus irmãos. Da mesma forma, Garcia Rodrigues Paes teria recebido 4 sesmarias como prêmio por ter aberto o Caminho Novo (Filho Procópio, [s.n.t.], p. 232). José Ignácio Nogueira da Gama possuía cerca de 17 sesmarias, e Manoel Jacinto Nogueira

4 Daniel de Carvalho sustenta a posição de que as sesmarias doadas eram pequenas, dificultando dessa forma, a formação de grandes propriedades (Carvalho, 1953, p. 129).

5 João Heraldo Lima baseia-se nessa concepção para afirmar a presença de pequenas e médias propriedades na cafeicultura da Zona da Mata Mineira (Lima, 1981).

da Gama, possuía cerca de 12 léguas de terras que iam do Vale do Paraíba fluminense à Zona da Mata. A documentação pesquisada corrobora essas assertivas, sem contudo considerar que o sistema de sesmarias foi o único meio de formação de grandes propriedades. A posse ou domínio da terra pelas elites provenientes das zonas de ocupação mais antigas, envolvidas com o mercado interno mineiro, é que promoveu a ocupação da área sul da Mata, através do regime de grande propriedade. A Mata, além de mais próxima ao Rio de Janeiro – onde seria realizada a sua incorporação ao sistema produtivo – possuía condições naturais favoráveis ao plantio da rubiácea⁶.

Essas últimas considerações a respeito da produção de café nas primeiras décadas do século XIX levou-nos a uma série de questionamentos. As primeiras unidades produtivas instalaram-se na Mata como reflexo da expansão da fronteira agrícola de produção mercantilizada de alimentos? Essa produção promoveu acumulação de riquezas para serem investidas no café? O café teria surgido como produção eventual, subsidiária à outras colheitas? Era uma produção acessível aos pequenos proprietários? Para a resolução satisfatória dessas questões, deveríamos ter em mãos as chamadas listas nominativas de vários anos, para que pudéssemos acompanhar, no tempo e no espaço a evolução do sistema agrário cafeicultor da Mata. Através delas, poderíamos detectar um processo de acumulação encetado por algumas famílias, a relação entre as primeiras produções de café e as culturas de alimentos, as inversões em cativos, assim como poderíamos ter a exata noção de quando e como o café passou a se tornar a principal atividade econômica da região. No entanto, nosso procedimento metodológico será outro. As listas nominativas para a Província de Minas não são regulares, não permitindo, portanto, um acompanhamento a longo prazo, dos fatores econômicos.⁷ O único meio de que dispomos para aproximação com a primeira metade do oitocentos são, além de

6 A obra de Robert Walsh fornece-nos uma referência muito esclarecedora sobre Juiz de Fora, principal município da Mata Mineira. Em sua passagem pela região entre 1828 e 1829, a exemplo de Antonil e Lima Júnior, Robert Walsh aborda a existência de unidades produtivas muito promissoras. Às margens do rio Paraibuna, menciona a fazenda de Joaquim Vidal, onde havia um enorme rancho para tropeiros e uma venda na qual o fazendeiro comercializava os produtos de sua terra. Cita ainda, a fazenda do alcáide-mor, onde havia uma grande plantação de milho, a fazenda de Juiz de Fora, a Vila de Marmelos, a fazenda Madeiras e a promissora fazenda de D. Tereza, local em que havia extensa plantação de milho e um celeiro cheio desse produto. Ao passar por Idéia, fazenda situada perto da fazenda de Madeiras, entre Juiz de Fora e Matias Barbosa, o autor descreve extensos cafezais em seu interior.

7 As listas nominativas que existem sobre a Mata Mineira cobrem um curto período de análise. Ver Libby (1988).

algumas listas nominativas para a década de 1830, os inventários *post-mortem*. Levantamos e coletamos a totalidade dos inventários disponíveis nos Arquivos Históricos do antigo Município do Paraibuna, que englobava além de sua sede Santo Antonio do Paraibuna, as freguesias de Simão Pereira, Engenho do Mato, além de outras menores, e parte da documentação dos Municípios de Rio Preto e Mar de Espanha.

O quê, à primeira vista, pode parecer um conjunto restrito de localidades em meio ao conjunto dos municípios existentes na Mata nesse período, uma observação mais atenta indica que essas podiam ser consideradas as principais localidades em que se originou a produção agroexportadora de café, portanto, uma produção fora dos moldes da produção mercantilizada de alimentos. Para o período específico, entre 1809 e 1850, utilizamos 100 inventários, o que correspondeu a uma percentagem reduzida do total da população dessas localidades. Contudo, o material de que dispomos foi utilizado junto com outras fontes mais discursivas, como relatos de viajantes e cronistas locais, por exemplo. Através do cruzamento dessas informações, pudemos delinear as principais fases do processo de montagem do sistema agroexportador da Mata Mineira. Num segundo momento, analisamos os dados referentes ao processo de consolidação do sistema agrário cafeicultor da Mata entre 1850 e 1870 utilizando um grupo de fontes mais homogêneo, especificamente do principal núcleo agrário cafeeiro da região que era Santo Antônio do Paraibuna.

Percebemos dois diferentes modelos de transição de uma economia de produção de alimentos destinados ao mercado interno para uma economia com base na agroexportação de café. Enquanto a presença do capital mercantil sediado na praça do Rio de Janeiro proporcionou o enorme vulto alcançado pelo café nas empresas do Vale do Paraíba Fluminense, a expansão na província paulista, seja no que se refere geograficamente ao Vale do Paraíba Paulista, que se assemelha temporalmente ao fluminense, seja àquela disseminada algumas décadas depois no Oeste, não se vinculou às malhas do capital mercantil que dificilmente assumiria caráter dominante em São Paulo.

Modelo diverso encontramos na cafeicultura desenvolvida na Zona da Mata Mineira, em área contígua à Província Fluminense. O modelo de transição processado nessa região vinculou-se, historicamente, à província de Minas, num movimento centrífugo de dispersão de suas elites dentro dos limites da própria província. Essas elites estavam vinculadas, tradicionalmente, à mineração e, posteriormente, às redes de abastecimento do Centro-sul. Incorporaram, com o decorrer das décadas do século XIX, novas fronteiras, apropriando-se do crescimento vertiginoso da cultura cafeeira no Sudeste e dos altos preços alcançados por ela nos mercados internacionais.

A MATA MINEIRA

Até a década de noventa desse século, a Zona da Mata Mineira foi pouco estudada e invariavelmente vista a partir da expansão agrária fluminense. Poucos trabalhos propuseram-se a investigar a dinâmica agroexportadora cafeeira fundada em Minas no início do século XIX, predominando, na historiografia, uma visão tortuosa sobre o sistema agrário-cafeicultor ali desenvolvido. O trabalho de Anderson Pires destinado ao estudo do capital agrário, investimento e transição capitalista em Juiz de Fora – Mata Mineira – através de importante levantamento empírico, possibilita a caracterização da dinâmica agroexportadora cafeeira que, em seus traços gerais, assemelhou-se à outros modelos agroexportadores brasileiros, mas detinha uma série de especificidades conduzindo a formação de um outro modelo de transição ao capitalismo, factível de comparações com os modelos fluminense e paulista.⁸

O estudo da Zona da Mata Mineira justifica-se pela importância econômica dessa região ao longo de todo o século XIX e primeiras décadas do século XX, inicialmente através da economia agroexportadora, e, posteriormente, através de uma diversificada estrutura urbana-industrial, que a diferiu, essencialmente, do contexto histórico do século XVIII. A proximidade com o núcleo agroexportador sediado no Rio de Janeiro e a sua ligação com o porto, por onde se escoava a produção cafeeira, possibilitou uma certa identificação da Zona da Mata com essa região, não só do ponto de vista econômico, mas também dos pontos de vista social, cultural e político. O núcleo agrário-exportador sediado na Mata reuniu condições para formar e reter capitais internamente, constituindo-se na principal região produtora da Província (Pires, 1993). A Zona da Mata correspondia a 5% do território da província, detinha 20% do total da população mineira e concentrava, no século XIX, a maior população escrava de Minas.

Acompanhamos o processo de expansão da cafeicultura na Mata Mineira, considerando a pré-existência de uma acumulação endógena na província mineira, proveniente de seu dinâmico mercado interno. Analisamos a fixação em fronteiras abertas da Mata, de famílias com fortunas auferidas através das redes de circulação mercantil na Província, seja através das categorias de produtores-comerciantes; comerciantes-produtores; produtores-capitalistas; comerciantes-capitalistas ou quaisquer outras variações dessas atividades, emaranhadas por uma série de laços de sangue, matrimônios e afiliação ritual (Lewin, 1993, p. 114). A presença desse capital internalizado na Provín-

8 Outro importante trabalho desenvolvido sobre a cafeicultura mineira é de Andrade (1995).

cia mineira definiu as bases de formação da agricultura mineira, possibilitando a constituição de um modelo autônomo de transição para o café, distinto daqueles desenvolvidos no Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, mantendo, entretanto, a mesma lógica dos sistemas agroexportadores.

Portanto, a implantação da cafeicultura da Zona da Mata Mineira, longe de depender de um avanço da fronteira ocidental da cafeicultura fluminense e tornar-se uma mera extensão do sistema agrário lá adotado, possuiu um ritmo próprio, reflexo de amplo movimento interno para a província mineira. Esse movimento distinguiu-se daquele do Rio de Janeiro, pela inexistência dos agentes de grosso trato e de seu capital nas origens dos primeiros investimentos. Diferenciou-se, também, do modelo paulista, ao prescindir de uma atividade exportadora anterior capaz de promover uma acumulação de riquezas. O modelo mineiro de expansão cafeeira dependeu sim da aplicação de capital mercantil, mas do capital produzido endogenamente na Província, processando-se uma verdadeira mutação das categorias de produtores de alimentos, comerciantes e capitalistas que passaram a ser elevados à condição de grandes cafeicultores.

AS UNIDADES PRODUTIVAS DA MATA MINEIRA E A DINÂMICA AGROEXPORTADORA

Caracterizamos as unidades produtivas dos três municípios eleitos para a pesquisa, buscando acompanhar a marcha do café e as transformações econômicas processadas. O Quadro 1 é bastante elucidativo da diversificação das unidades produtivas instaladas nos municípios acima descritos, sugerindo a tendência de expansão da produção de café no decorrer da primeira metade do século XIX.

Quadro 1

PRESENÇA DE ROÇAS, ANIMAIS E CAFÉ NAS UNIDADES PRODUTIVAS DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÔNIO DO PARAIBUNA, RIO PRETO E MAR DE ESPANHA (POR UNIDADE) 1809-1850

Década	Número Total de Unidades	%		
		Roças	Animais	Café
1809-1820	4	75	100	–
1821-1830	3	33,3	100	33,3
1831-1840	22	36,36	90	25
1841-1850	71	34,48	95	59,15

Fonte: Inventários *Post-mortem* – 1º Ofício Cível – AHUFJF.

Entre 1809 e 1830, encontramos apenas uma unidade produtiva vinculando-se à produção de café. Percebe-se que as unidades possuíam o mesmo perfil das unidades da sub-região das Vertentes-Mantiqueira, ou seja, eram voltadas para a produção de alimentos e tinham clara vocação pecuarista. A presença de unidades com mais de 5 escravos, sugeriu que a sua produção saía dos limites do auto abastecimento, da mesma forma que, a presença de tropas indicava a comercialização de excedentes em mercados mais distantes. Encontramos nos inventários menções a cafezais “velhos” ou “antigos”, ou seja, de aproximadamente 25 anos de existência, entre as décadas de 1840 e 1850. Esse dado revelou que as primeiras propriedades voltadas para o café teriam surgido, realmente, por volta das duas primeiras décadas do século XIX, mas ainda em número bastante reduzido.

Mais uma vez destacamos que não estamos trabalhando com a totalidade dos inventários da Mata Mineira. Contudo, os documentos investigados para os municípios pioneiros na produção de café sugeriam que a cultura nas primeiras décadas do século XIX não estava disseminada, o que corroborou as informações contidas nos relatos de viajantes ao trafegarem pela região, observando, principalmente, a presença de roças e a criação de animais.

Apenas a partir da terceira década do oitocentos é que encontramos referências claras a propriedades dedicadas à produção de café, embora em pequena escala. Os dados encontrados nos inventários sugeriram que a cultura ainda aparecia como subsidiária: perceptível pelo número reduzido de pés plantados e complementar ao plantio dos outros produtos que possuíam um mercado regular com centros consumidores.

A aceleração da produção de café, entre 1841 e 1850, certamente recebeu influência do impacto que a cultura estava produzindo sobre as áreas vizinhas do Vale do Paraíba Fluminense. Nessa Província, o processo de expansão já havia se iniciado nas duas primeiras décadas do século XIX. Alcançava, cada vez mais, mercados internacionais mais amplos e melhores preços, com uma rentabilidade garantida. O café afigurava-se como a grande oportunidade de investimento e ascensão ao status de grande proprietário de terras e escravos.

Os dados acima coincidiram, em linhas gerais, com as primeiras referências estatísticas relativas à produção de café. Eschwege cita a reduzida produção de 9.739 arrobas de café em 1818/19, com 95% provenientes da Zona da Mata Mineira, com um valor de 29:210\$000. No período de 1829/30, Minas já exportava 81.400 arrobas, no valor de 148:500\$000, representando um aumento na ordem de 735% comparado ao decênio anterior. Dez anos mais tarde, a safra de 1839/40 registrou 243.473 arrobas, correspondendo a

um aumento de 300% e para o decênio seguinte, 1850/51, a produção mais que triplicou na ordem de 900.597 arrobas, com a Zona da Mata responsável por mais de 99% da exportação total mineira (Giroletti, 1988, p. 28-30).

Por mais que a produção tenha se acelerado com o decorrer das décadas na Mata Mineira, no início da segunda metade do século XIX, ela ainda era incipiente se comparada ao avanço das lavouras do Vale do Paraíba Fluminense. S. Stein considera que entre 1851/52 a produção em arrobas de toda a Província Fluminense chegava a 7.535.844, ou seja, aproximadamente 77% da produção nacional. Nesse mesmo período, a produção mineira correspondia a menos de doze por cento da produção fluminense (Stein, [s.n.t.], p. 81).

Os dados anteriores confirmam nossas considerações a respeito da expansão mais tardia da cafeicultura na Mata, perceptível pela sua pequena produção nos meados do século XIX, mas com claro comportamento ascendente, se comparada à dimensão que a produção cafeeira já alcançava na Província Fluminense.

Para Anderson Pires a dessemelhança do período de implantação da cafeicultura nas Províncias Fluminense e Mineira teria condicionado a crise posterior do sistema nessa, onde a precocidade do Vale, levaria ao fechamento mais rápido da fronteira, enquanto que a “tardia” montagem do sistema agrário na Mata teria possibilitado a expansão da cafeicultura representada pela disponibilidade de matas virgens até as primeiras décadas do século XX (Pires, 1993).

Os dados de que dispomos, infelizmente, não nos permitiram acompanhar o processo concomitante de acumulação cativa no decorrer das décadas em foco. Mas, observamos que, enquanto na primeira década encontramos apenas uma unidade com mais de 20 cativos, para a segunda e terceira décadas encontramos, respectivamente, 2 e 8 propriedades. Já na última década, ou seja, entre 1841 e 1850 encontramos 24 unidades, com mais de 20 cativos para o conjunto de 71 propriedades encontradas, com uma média elevada de 63 escravos por unidade.

O Quadro 1 revela que somente na última década dessa primeira metade do século XIX é que ocorreu uma maior difusão da cultura do café. Dentre as unidades encontradas, em 50% apareceram dados relativos ao café. Desse total, 18 unidades, ou seja, 37,72% produziam exclusivamente café, e 10 delas -18,8% – produziam café, sem contudo, abandonarem a produção de outros alimentos como arroz, feijão, cana, além de criarem animais, que, pela sua extensão e número, superavam os limites da produção para subsistência interna da unidade. Nesse período, constatamos que a presença de roças de

alimentos e de criação de animais não apareceu como atividade isolada, ou seja, não encontramos empresas especializadas na produção mercantilizada de alimentos: toda a citação da presença de roças e criação de animais vinha acompanhada da produção de café.

As unidades produtivas eram diversificadas internamente, o que se observa pela presença de roças de alimentos destinados ao consumo da unidade doméstica e à possível revenda de excedentes nos mercados locais. Mesmo quando a presença de roças e alimentos colhidos não era citada no momento do inventário, as referências a benfeitorias, tais como moinho, paiol, monjolo, dentre outras, demonstraram o perfil das unidades agrícolas, sempre dispostas a prover a maior parte das necessidades de subsistência familiar, bem como de alimentação dos escravos. Em relação ao vulto das empresas, as dimensões das roças de arroz, feijão e milho apresentaram-se bastante reduzidas, sugerindo que a eventual comercialização dos excedentes não chegava a romper os restritos limites dos municípios da Zona da Mata Sul, ao mesmo tempo em que, a comercialização desses produtos era pequena, destinada aos mercados locais, pois, devido ao seu valor monetário extremamente baixo, não compensavam os altos custos de transporte até mercados mais distantes. Apenas a presença da cana-de-açúcar em cinco maiores empresas sugeria a relação com mercados mais distantes e a exportação e, daí, maiores possibilidades de acumulação. O número de cabeças de suínos e bovinos ainda apresentou-se bastante elevado, se comparado às necessidades de consumo interno das unidades. Isto sugeriu a vinculação com mercados mais distantes através da comercialização de toucinho, queijo e manteiga.

Observa-se, igualmente, a presença de tropas em algumas unidades produtivas, principalmente naquelas com produção de café. Entre 20 unidades produtivas com produção da rubiácea levantadas nos municípios em estudo, 14 delas apresentaram tropas de bestas e mulas. Esse dado sugeriu que as empresas buscavam controlar o envio do produto ao Rio de Janeiro, recusando os atravessadores e angariando com isto maiores possibilidades de acumulação. Devido à ausência de boas vias de comunicação e a longa distância entre os municípios da Mata e o centro efetivo de comércio do café na praça do Rio de Janeiro, cabia aos proprietários a internalização do custo de transporte através da manutenção regular de tropas de bestas, bem como, de escravos tropeiros, o que, sem sombra de dúvida, aumentavam os custos da montagem das unidades.

No que se refere, especificamente, à fase de comercialização, que remete a questões relativas ao crédito e ao financiamento, consideramos que até esse momento, não se percebia significativa presença de agentes mercantis

do Rio de Janeiro. Os dados até aqui arrolados indicaram a capacidade de auto-financiamento das grandes unidades, através de capitais auferidos nas redes mercantis da província. Esses proprietários, ao se instalarem nas, então, recentes fronteiras da Mata Mineira, utilizaram-se de capitais acumulados noutras sub-regiões mineiras, vinculados direta ou indiretamente ao mercado e emaranhados por importantes relações de parentesco, amizade e prestígio.

A estrutura fundiária das unidades produtivas instaladas nos municípios em estudo apresentou as mesmas características de outros sistemas agrários brasileiros. Nota-se a presença de terras de pastos, terras de cultura, capoeiras e terras virgens, refletindo a forma de utilização do solo, com a constante incorporação de matas virgens para a manutenção dos níveis de reprodução do sistema. Observa-se a ausência de classificação de valor entre terras de matas virgens e capoeiras, o que pode ser tomado como mais um indicativo de que o sistema agrário cafeicultor estava nos seus primórdios.

Consideramos que, se a produção de café apareceu como subsidiária à outras culturas nos seus primórdios, o vulto que ela alcançou esteve condicionado à capacidade de investimento de algumas empresas, auferida, não pela produção mercantil local de alimentos que se apresentou pouco dinâmica, mas por capitais oriundos de outras sub-regiões mineiras, tradicional e especificamente voltadas ao mercado interno. Referimo-nos a capitais e proprietários oriundos dos Termos de São João Del Rei e Barbacena vinculados, remotamente, à mineração e com recentes liames com a praça do Rio de Janeiro. A pesquisa demonstrou a grande participação de elementos pertencentes a esses dois Termos entre as maiores fortunas que fundaram o núcleo agrário-exportador da Mata.

Questionamos, inicialmente, se a cultura mercantil de alimentos e a criação de gado teriam sido capazes de promover uma acumulação interna que permitisse as altas aplicações em café. As investigações até aqui realizadas não confirmaram tal hipótese. O café, mesmo com o caráter de atividade acessível a todas as empresas agrícolas, inclusive às pequenas, somente teve condições de se ampliar naquelas unidades que conseguiram promover as maiores inversões em terras e cativos, pela própria exigência do sistema extensivo de produção que, para manter-se, necessitava da incorporação crescente de mão-de-obra. As dificuldades de transporte até o Rio de Janeiro aumentavam os custos da produção, sendo o proprietário obrigado a manter tropas de bestas, que possuíam um alto valor, se comparado aos outros rebanhos.

A restrita dimensão da economia mercantil de alimentos e animais praticada nas unidades produtivas em estudo, anterior ao café, não possibilitou a geração de excedentes a serem transferidos para a atividade agroexportadora.

Portanto, somente uma acumulação anterior fora dos limites da recente fronteira agrícola da Mata, seria capaz de promover um salto qualitativo para a grande produção cafeeira. Referimo-nos à acumulação facilitada através das atividades de produção e comercialização de alimentos e pecuária, própria das unidades pertencentes à Comarca do Rio das Mortes. O Quadro 2 corrobora as considerações feitas acima.

Quadro 2

PROPRIEDADES COM CAFÉ E SEM CAFÉ POR FAIXA DE POSSE DE CATIVOS NOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÔNIO DO PARAIBUNA, RIO PRETO E MAR DE ESPANHA – 1809-1850 (POR UNIDADE)

Posse de escravos	Número de Unidades Produtivas				Total de escravos				Média de escravos por unidade	
	Com café	%	Sem café	%	Com café	%	Sem café	%	Com café	Sem café
0 a 5	1	2,5	17	34	3	0,18	62	10,2	3	3,6
6 a 10	5	12,8	11	22	43	2,6	93	15,4	8,6	8,4
11 a 20	13	33,3	14	28	218	13,2	193	32	16,7	13,7
+ 21	20	51,2	8	16	1385	84	254	42,19	69,25	31,7
<i>Total</i>	<i>39</i>	<i>100</i>	<i>50</i>	<i>100</i>	<i>1649</i>	<i>100</i>	<i>602</i>	<i>100</i>	<i>42,28</i>	<i>12</i>

Fonte: Inventários *post-mortem* – 1º Ofício Cível – AHUFJF.

Observamos que 51,2% das unidades produtivas que produzem café possuem mais de 21 cativos, o que nos permitiu supor que a maioria das propriedades já surgem no padrão de média ou grande empresa. A média de escravos por unidade produtiva com café foi mais que o triplo do que as de alimentos.

Dentre as unidades produtivas sem café, ou seja, voltadas exclusivamente para a produção de alimentos e para a pecuária, percebe-se uma proporção um pouco mais equilibrada entre aquelas que têm de 11 a 20 escravos e aquelas com mais de 21 cativos. Da mesma forma, em comparação com as propriedades cafeeiras, não se observam tantos contrastes no total da escravidão utilizados; os proprietários de 11 a 20 cativos detêm cerca de 32% e os de mais de 21 cativos, 42,19% do total.

A média de pés de café plantado de 38.000 pés por unidade, foi bastante pequena ainda, quando consideramos que a média para grandes propriedades era de 100.000 pés de café (Fragoso, 1993, p. 63).

Esses dados, mais uma vez, comprovaram a importância que a lavoura do café assumiu na Mata Mineira. O número de escravos concentrados

nas empresas cafeeiras, sugeriu a dinâmica alcançada ainda nos primórdios de sua expansão. Diferentemente do que se supunha, a grande presença de cativos encontrada nessa sub-região, na primeira metade do século XIX, esteve engajada, prioritariamente, às grandes e médias propriedades cafeeiras e não à economia de subsistência mercantil.

Não temos condições de perceber se foi processado, concomitantemente, um processo de ampliação de propriedades sem cativos, o que, por sinal, seria possível, tendo-se em vista as amplas facilidades de acesso à terra nessa primeira metade do século XIX, quando ainda não existiam meios legais que proibiam o acesso àqueles de poucos recursos. Se dispuséssemos de listas nominativas para vários anos, poderíamos compor um cenário mais diversificado do sistema agrário em estudo. A falta de tais listas tornou nossa tarefa mais difícil, tendo em vista o reduzido número dessas para esse período e região.

Para a análise da expansão do sistema agrário de 1850 até 1870, período em que assistimos ao processo de consolidação da economia cafeeira e à formação de um complexo agroexportador **nossos dados** referem-se, especificamente, a um só município, denominado, anteriormente, como município do Paraibuna e, posteriormente, município de Juiz de Fora.

A CONSOLIDAÇÃO DOS TRAÇOS GERAIS DO SISTEMA AGRÁRIO – 1850/1870

Os inventários *post-mortem* levantados abrangem as 5 freguesias que compunham o município pelo censo de 1872: a sede Juiz de Fora, Chapéu D'Úvas, São José do Rio Preto, São Francisco de Paula e São Pedro de Alcântara. O censo de 1872, no qual não constava a população do importante distrito cafeeiro de São Pedro de Alcântara, citou a presença de 37.886 pessoas com 62% de livres e 38% de escravos.

Levantamos 360 inventários que representam 66% do total de documentos existentes no 1º Ofício Cível do Arquivo Histórico da UFJF para o período em foco. Este conjunto de fontes de apenas um município e um dos mais antigos, proporcionou-nos uma avaliação mais profunda do processo de consolidação do sistema agrário implantado na Mata Mineira.

Os dados confirmaram a tendência, já anteriormente prevista, de crescimento do número de unidades envolvidas com a produção de café no decorrer do período, quando 50% das unidades entre 1866 e 1870 apresenta-

ram o plantio do produto. Observamos a presença de unidades de diferentes portes, que produziam o café conjugado com outras culturas alimentares, com mínimas possibilidades de acumulação e, portanto, de mudança de status, bem como aquelas com altos investimentos em mão-de-obra, especializadas no plantio da rubiácea, conduzidas por uma elite proprietária profundamente envolvida com o espaço regional mineiro.

As citações referentes às benfeitorias, como moinhos, paióis, engenhos, etc, eram recorrentes em 100% dos inventários, o que nos levou a crer que a presença de produção para o abastecimento interno das unidades era constante, mesmo sem uma menção específica sobre a presença de roças, que só aparecia em menos de cinquenta por cento das unidades para todo o período. Os produtos mais encontrados relacionavam-se com a dieta alimentar básica das famílias e com as necessidades de alimentação dos animais e escravos, sendo os principais arroz, feijão e milho, além de um pouco de mamona e mandioca.

A existência de lavouras de alimentos no interior de fazendas cafeeiras deve ser considerada um traço estrutural do sistema agrário cafeeiro, perceptível em outras regiões, tal como atesta João Fragoso para Paraíba do Sul. A presença destas lavouras implementava a capacidade reprodutiva das fazendas que precisavam recorrer menos ao mercado, para a satisfação das necessidades de subsistência da unidade (Fragoso, 1983, p. 79).

Percebe-se a presença de pequenas, médias e até grandes propriedades produtoras de alimentos dentro do município sugeria a existência de um mercado local para seus gêneros, o qual se fazia através da complementação das necessidades de abastecimento interno das empresas.

Já a pecuária foi observada de forma mais regular nas unidades em estudo. Os rebanhos eram constituídos, majoritariamente, de porcos e, seguidos de bois e vacas. A criação de porcos estava vinculada à comercialização de toucinho para o Rio de Janeiro, bem como os gêneros alimentícios estavam voltados para o abastecimento local do município, conforme Relatório do Presidente da Província de 1871.⁹ Entre os rebanhos, percebemos claramente a presença de animais de carga, em grande número, naturalmente responsáveis pelo transporte dos produtos para fora da província.

As estatísticas sobre a produção mineira de café para o período tenderam a confirmar o processo de expansão da cafeicultura entre 1850 e 1870. O Quadro 3 é bastante elucidativo:

9 *Apud* Souza (1998, p. 144).

Quadro 3

MÉDIA QUINQUÊNAL DA PRODUÇÃO DE CAFÉ EM MINAS GERAIS – 1851/1874

Quinquênio	Produção de café	Índice
1851/1854	711.732	100,0
1855/1859	809.780	144,0
1860/1864	1.150.152	161,5
1865/1869	1.973.591	277,0
1870/1874	2.313.954	325,0

Fonte: Apud GIROLETTI, D. *A industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, p. 155, 1998.

O comportamento ascendente da produção de café da Zona da Mata, a qual era responsável por mais de noventa por cento da produção total mineira, pode ser percebido do início ao fim de período, ou seja, de 1851/54 até 1920/24 na ordem de 1.659% (Pires, 1993, p. 74). No que se refere ao fim do tráfico de escravos, percebemos a ausência de um impacto na sua estrutura produtiva, cujas empresas buscaram outras alternativas para a manutenção dos índices de reposição da força de trabalho, como o tráfico interprovincial e a reprodução natural, sem, contudo, prejudicar o processo de expansão do café (Pires, 1993, p. 76).¹⁰

A média de pés de café por unidade produtiva chegou a 63 mil, quase o dobro do período anterior, mas, em comparação ao crescimento das lavouras no Vale do Paraíba Fluminense, a expansão da Mata ainda permanecia restrita. A cafeicultura nesta sub-região somente chegou a superar a fluminense na conjuntura no final do século XIX e início do XX, quando esta última passou por um processo de envelhecimento dos cafezais e escassez de matas virgens, enquanto a Mata apresentava melhores condições de manter sua reprodução ampliada (Pires, 1993, p. 98).

Até a década de 1860, a ausência de um sistema viário limitou as possibilidades de expansão da cafeicultura. Emília Viotti ressalta que o crescimento da produção cafeeira estava condicionado ao frete. A autora cita uma documentação referente às Câmaras Municipais de Mar de Espanha e Rio Preto, importantes e pioneiros municípios cafeiteiros mineiros, que alegavam que as dificuldades de transporte e boas estradas, eram entraves ao desenvolvimento da lavoura (Costa, 1982, p. 143).

¹⁰ Pires chega a analisar a ausência também de um impacto da própria abolição da escravatura sobre a estrutura agroexportadora da cidade de Juiz de Fora.

A inauguração da Rodovia União e Indústria em 1861, interligando Juiz de Fora a Petrópolis, produziu grande impacto no processo de expansão da cafeicultura na região. Juiz de Fora, que já funcionava como centro catalizador da produção cafeeira regional, ampliou suas funções, tornando-se o pólo econômico, político e social da Mata. Encontramos diversos fazendeiros que, através da compra de ações da Companhia, investiam no sistema de transportes. Dentre eles, podemos citar o Comendador Francisco de Paula Lima que, ao falecer, em 1866, possuía 195 escravos, 468 mil pés de café e 31.000\$000 em ações da Companhia União Indústria. O investimento na construção de uma estrada, para facilitar o escoamento da produção até o Rio de Janeiro, era vital para a manutenção de sua empresa que era obrigada a incorporar os altos gastos com o transporte, mantendo tropas de bestas e escravos tropeiros, e tendo que transpor as enormes dificuldades de tráfego em caminhos mal traçados e perigosos (Inventário 1 Ofício Cível – 1º Ofício Cível – AHUFJF).

A Estrada União Indústria, como uma das mais modernas da época, tornou-se factível pelo rápido processo de expansão da cafeicultura que disponibilizava recursos a serem investidos na malha viária. O efeito difusão da cafeicultura na Mata, ao facilitar o contato com Rio de Janeiro, acabou por assegurar as possibilidades de expansão do café e a dinamização de seu processo produtivo, até a chegada definitiva da malha ferroviária que se iniciou em 1870.

Em comparação ao período anterior, que consideramos como os primórdios da expansão da cafeicultura (1809-1850), observa-se uma ampliação dos investimentos em mão-de-obra cativa. Isto pode ser justificado pela alta dos preços dos escravos após o fim do tráfico. Tais preços, de forma alguma, atuaram como inibidores da demanda das unidades. Percebe-se a mesma tendência, verificada acima, de crescimento dos investimentos na lavoura cafeeira, superando gastos com roças e animais, mantendo-se a especialização no café. Preservaram-se os mesmos traços estruturais (já percebidos em outros sistemas agrários exportadores), como a produção de caráter extensivo com incorporação de matas para substituir o emprego de trabalho adicional de recuperação de terras, sem mudança técnica, bem como, a interação de rebanhos, alimentos e café no interior do processo produtivo na fazenda.

O Quadro 4, reunindo dados de todas as unidades produtivas levantadas, proporciona uma análise mais detalhada do processo de expansão da cafeicultura e a relação com a posse de escravos.

Quadro 4

PROPRIEDADES COM CAFÉ E SEM CAFÉ POR FAIXA DE POSSE DE CATIVOS
NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PARAIBUNA – 1851-1870
(POR UNIDADE)

Posse de escravos	Número de Unidades Produtivas				Total de escravos				Média de escravos por unidade	
	Com café	%	Sem café	%	Com café	%	Sem café	%	Com café	Sem café
1 a 5	16	14,8	84	43,9	50	1	203	10,5	3,1	2,4
6 a 10	17	15,7	53	27,7	147	3,1	396	20,5	8,6	7,4
11 a 20	18	16,6	30	15,7	286	6,1	331	17,1	15,8	11
+ 21	57	52,7	24	12,5	4200	89,6	1002	51,86	73,6	41,7
<i>Total</i>	<i>108</i>	<i>100</i>	<i>191</i>	<i>100</i>	<i>4683</i>	<i>100</i>	<i>1932</i>	<i>100</i>	<i>43,3</i>	<i>10,1</i>

Fonte: Inventários *Post-mortem* – 1º Ofício Cível – AHUFJF.

Como já foi observado anteriormente, estamos diante de um sistema agrário onde conviviam unidades produtivas especializadas na lavoura do café, como aquelas voltadas exclusivamente para a produção de alimentos. O porte destas empresas pode ser percebido em função do número de escravos envolvidos nas atividades produtivas, o que condicionava a sua maior ou menor relação com o mercado.

Observa-se maior número de empresas de café na faixa de plantéis de mais de 21 cativos, ou seja, 52,7%, o que remete a um traço estrutural de sistemas agroexportadores brasileiros, ao conjugarem a produção extensiva com ampla utilização de mão-de-obra. Fato dessemelhante ocorreu com as empresas não envolvidas com a produção de café. O maior número delas concentrou-se na faixa de 1 a 5 cativos, ou seja, 43,9%, revelando um perfil de unidades produtoras de alimentos voltadas para o auto abastecimento e com reduzidos vínculos com o mercado.

A presença de unidades de médio porte produtoras de alimentos, envolvendo plantéis de 6 a 10 cativos e 11 a 20 cativos, remeteu-nos às reflexões de Sônia M. de Souza quando ela considera que, ao lado da produção de café para o mercado externo, havia uma produção de alimentos direcionada ao abastecimento do mercado local, o que teria garantido o caráter diversificado da economia do município. Este contava com áreas especializadas na produção de alimentos, com o cultivo de produtos básicos, como o arroz, feijão e criação de gado, além de contar com a produção interna das fazendas cafeieiras. A produção de açúcar e aguardente afigurou-se como uma, entre outras

culturas, sem o caráter de atividade dominante e concentrava-se, sobretudo, em um distrito específico: São Francisco de Paula (Souza, 1998, p. 145).

O Quadro 4 revela-nos que as grandes empresas cafeeiras concentravam 89,6% da escravaria total e uma alta média de 73,6% de escravos por unidade. Este dado corroborou nossas considerações anteriores de que a alta presença de cativos encontrada na Mata Mineira, antes de estar vinculada às produções de alimentos, estava engajada na dinâmica lavoura cafeeira.

Destaca-se, paralelamente, a presença de pequenas e médias empresas de café envolvendo número reduzido de escravos, portanto, com mínima capacidade de acumulação, sugerindo que o café cultivado nestas empresas, representava uma entre outras culturas de alimentos, provavelmente voltada para o consumo interno da unidade e revenda em mercados locais para a extensa população livre e escrava da região.

Em decorrência da ausência, até a década de 1990, de estudos regionais com pesquisa empírica mais elaborada, vigorou, na historiografia, a idéia da vigência, na cafeicultura mineira, de pequenas e médias propriedades. Tivemos a oportunidade de demonstrar, já nos primórdios da expansão da cafeicultura na Mata, a existência concomitante de pequenas, médias e grandes propriedades. Comprovamos que a implantação destas últimas estava vinculada a altos investimentos de ricas famílias originárias do interior mineiro, com suas riquezas auferidas nas redes de circulação mercantil da província em direção ao Rio de Janeiro. Em que pese a dificuldade de agregarmos todas as informações sobre a extensão das propriedades que, muitas vezes, eram citadas como “sesmarias”, “partes”, “sorte” e “fazendas de terras de cultura” sem uma definição exata de seus limites – além da mera observação de citações irregulares sobre uma fazenda de 500 alqueires em 1858, de propriedade de Francisca Bernardina de Aquino Leite; uma outra fazenda de 500 alqueires de propriedade de João Ribeiro de Almeida em 1864; uma propriedade de 565 alq. de terras de Francisco de Paula Lima em 1866, dentre outras – somente os Registros Paroquiais de Terras podiam oferecer uma visão mais ampla da estrutura fundiária regional (Inventários *post-mortem* – 1º Ofício Cível – AHUFJF).

Os registros paroquiais revelaram que 21,78% dos proprietários vão deter 74,29% da área total declarada, o que indica uma enorme concentração de terras e predominância da grande propriedade de terras, ao contrário da proposição divulgada pela historiografia e que veio confirmar as considerações deste trabalho (Pires, 1993, p. 35).

A grande propriedade cafeeira na Mata Mineira consolidou-se já nos meados do século XIX, ainda fora do período em que a região conseguiu suplantar a produção fluminense. Ou seja, a partir da década de 1890, quando a produção mineira superou a fluminense, e passou a ter uma participação proporcional a 20% do total da produção do país até 1930 quando constituiu-se na segunda produção nacional, sendo superada somente por São Paulo (Pires, 1993, p. 90).

Somente os trabalhos de recorte regional, com a utilização de um grupo de fontes mais homogêneo, é capaz de dar conta da diversidade da economia mineira do século XIX. Ao atrelar as origens do sistema agrário cafeeiro da Mata a capitais e elementos oriundos do interior mineiro, comprovamos a existência de uma lógica própria no processo de expansão e constituição da cafeicultura mineira e não uma mera decorrência da expansão da fronteira fluminense, referência constante na historiografia mineira. Buscamos nesse trabalho, uma interpretação específica da montagem do sistema agrário cafeeiro da Mata Mineira como um outro modelo de transição à cafeicultura, distinto daqueles desenvolvidos no Rio de Janeiro e São Paulo.

A mutação do capital mercantil, no Rio de Janeiro, em capital agrário proveniente dos comerciantes de “grosso trato”, estabelecidos na praça comercial da Capital, tornou-se a principal força motriz da cafeicultura do Vale. Em que pese o fato de observarem-se a presença de algumas importantes famílias provenientes da mineração se estabelecerem em terras fluminenses, essas, ao realizarem essa transposição, o fizeram pelos laços econômicos antes estabelecidos na Corte. Ao envolverem-se em conexões matrimoniais com as famílias de origem mercantil, acabaram por perder a sua identidade mineira, dando origem à formação do verdadeiro embrião da cafeicultura fluminense, perfeitamente identificada com a nova província que os acolheu.

Um outro modelo de expansão da cafeicultura foi percebido em São Paulo. No Vale do Paraíba Paulista processou-se uma acumulação de capitais originária de atividades agrícolas anteriores, como o açúcar a produção de alimentos, sem a intervenção direta do capital mercantil, criando as bases para a transformação de pequenas e médias propriedades agrícolas em grandes empresas cafeeiras. Já no Oeste paulista a existência de dinâmica atividade exportadora açucareira anterior ao café foi que permitiu a acumulação de riqueza

zas, possibilitando a formação dos latifúndios cafeeiros. Não se observa, portanto, a dominância do capital mercantil verificada no Rio de Janeiro.

Fato distinto percebemos em Minas Gerais em relação à cafeicultura desenvolvida na Zona da Mata. Esse trabalho comprovou que a restrita dinâmica da agricultura de alimentos anterior ao café não possibilitou uma acumulação de excedentes a serem transferidos para a agroexportação. Nos primórdios da expansão as empresas surgiram como médias e grandes e com altas inversões em escravos e terras. E aquelas em que mantiveram uma pequena produção de café com mínimos investimentos em mão-de-obra não conseguiram superar os limites e voltaram-se para o abastecimento do mercado local. Nesse momento, não se observa a presença de investimentos de agentes comerciais do Rio de Janeiro. A origem das empresas cafeeiras da Mata prendia-se a investimentos originários da economia mercantil de alimentos, provenientes não da Mata, mas de outras sub-regiões mineiras, tradicionalmente vinculadas ao abastecimento da Corte.

As etapas de financiamento, produção, transporte e comercialização foram monopolizadas por ricas famílias que, ao utilizarem importantes estratégias matrimoniais, conseguiram auferir enormes lucros e ascender ao status de grandes proprietários cafeicultores. Estas famílias que vinham para as novas fronteiras abertas da Mata, diferentemente daquelas que se dirigiram anteriormente para a Província Fluminense, permaneciam profundamente identificadas com a história mineira e se perpetuaram no tempo e no espaço, onde as suas relações sociais passavam a ter um peso considerável na definição das estratégias econômicas. A reprodução social e econômica passaram a constituir uma verdadeira rede regional composta por várias conexões matrimoniais, transformando a rede familiar numa rede de negócios bastante lucrativa.

O surgimento do sistema agrário na Mata vincula-se a capitais internalizados na própria província mineira, mesmo que a definitiva incorporação produtiva se processe somente com sua anexação à praça mercantil carioca, por onde se escoava a produção e, dessa maneira, tenha sua realização subordinada ao exterior, os vínculos internos foram suficientemente fortes para consolidar o núcleo agrário-exportador cafeeiro.

A investigação conduziu-nos ao questionamento do ‘mosaico mineiro’, pelo menos no que se refere ao final do século XVIII e primeira metade do século XIX. A região mineira estava bastante articulada internamente, reflexo de um trânsito interno de elites, pelas vastas regiões, promovida pelos circuitos mercantis que entrecortavam toda a província, em busca do acesso à

propriedade fundiária, e a ascensão ao status de grandes proprietários de terras.¹¹

A transformação do capital mercantil – antes dominante na região mineira – em capital agrário, no recente núcleo agrário da Mata, ocorreu não só espacialmente – através da ocupação de novas terras –, mas também temporalmente, mais articulada ao século XIX mineiro. Uma série de transformações sociais processaram-se, possibilitando a geração de um novo grupo social, originado dos circuitos de produção e circulação da província mineira em direção ao Rio de Janeiro. Referimo-nos à segunda geração de grandes famílias da Comarca do Rio das Mortes que herdaram de seus pais, além de uma parcela de riqueza, já enfraquecida pelo próprio sistema de eqüitativo de herança, um patrimônio ainda maior, que era o nome e o status – uma herança imaterial (Levi, 1989, p. 169-192). A este patrimônio somava-se uma vasta rede de amizades baseadas em prestígio e solidariedade entre importantes famílias, direta ou indiretamente vinculadas ao mercado e à Corte do Rio de Janeiro.

Processou-se o que A. Metcalf, bem como S. Faria, destacam como uma estratégia das famílias de elite para limitar a divisão dos bens da família através das heranças: o incentivo à migração para outras áreas de fronteira. Em Santana de Parnaíba estes jovens saíram em busca de ouro, terras e comércio. Para os jovens de Campos dos Goitacazes, restava a saída na busca de novas oportunidades frente ao insucesso em suceder ao pais nos engenhos açucareiros (Metcalf, 1983; Faria, 1998). A decisão de emigrar para os jovens da Comarca do Rio das Mortes devia-se à ausência de oportunidades na terra natal e ao esgotamento dos recursos característico de uma região de ocupação mais antiga, cuja herança paterna não poderia beneficiar a todos, sem a fragmentação e o enfraquecimento do patrimônio.

Esta geração consolidou seu poder com base na propriedade de cativos e terras no nascente núcleo agrário da Mata Mineira. Utilizou sua herança paterna, como o nome, prestígio, boas conexões com a sede da Corte, para dar os primeiros passos na montagem do núcleo agrário cafeicultor da Mata.

11 As origens desta expressão estão num trabalho do brasileiro John Wirth, lançado no Brasil em 1982. A força de sua argumentação fez com que esta expressão fosse reproduzida por vários historiadores e sociólogos e se constituísse na característica mais peculiar de Minas frente a outras unidades da Federação. Serviu principalmente para justificar uma certa perda da importância econômica e política do Estado a partir da República Velha. Buscou-se a explicação da decadência mineira a partir da existência de uma desintegração entre suas sete partes, ou sub-regiões (Wirth, 1982).

Procuramos investigar mais profundamente a natureza das relações pessoais que atuaram como pano de fundo da constituição e consolidação das grandes fortunas cafeeiras da Mata. Deparamo-nos com uma sociedade extremamente interligada por laços de compadrio e alianças matrimoniais, caracterizando uma rede de solidariedade, desenvolvida entre os membros da elite em formação. Em uma sociedade pré-capitalista o reconhecimento da condição de parente implicava na aceitação de deveres e obrigações recíprocos (Mattoso, 1992, p. 177-217).

Em meio à caracterização de traços estruturais de um sistema agrário em formação, acompanhamos o comportamento de uma elite agrária, desde as suas origens noutras sub-regiões mineiras, até sua completa fixação na Mata Mineira. Portanto, o tempo histórico pelo qual se revelaram as diversas estratégias familiares dessas elites foi o tempo da mudança, da busca de nova vocação econômica, da abertura de fronteiras e, conseqüentemente, um tempo de formação constante de alianças.

Estamos diante de uma certa comunidade que, mesmo com a presença de uma diversificada hierarquia social, com diferentes níveis de riqueza e acesso a terra, foi marcada pela constituição de uma forte elite agrária, com fortunas consolidadas na propriedade de vastas terras, grande número de escravos, além da presença de uma cadeia interna de crédito, responsável pelo financiamento da própria dinâmica agrária local (Oliveira, 1995). Era uma sociedade que se autofinanciava, que se integrava ao grande sistema de exploração cafeeiro, que realizava, em sua maioria, casamentos geográfica e socialmente endogâmicos e que, por sua vez, tendia a criar, historicamente, um sistema próprio de sucessão, em busca da preservação de seu equilíbrio.

Do total de casamentos realizados pela elite agrária local, encontramos a maior percentagem de uniões por aliança/afins, espiritual configurando a importância dos arranjos matrimoniais. Neste grupo incluímos as uniões entre pessoas afins, com algum vínculo de parentesco não consanguíneo, aquelas realizadas através das relações de compadrio (espirituais), bem como, aqueles casamentos que referendavam claramente uma aliança entre duas ricas famílias, com ou sem laços de dependência expressos. O segundo maior grupo de casamentos revelou-se entre os consanguíneos de até sexto grau, sejam de primos entre si, ou entre tios e sobrinhas. Por último, encontramos um terceiro grupo, bastante reduzido de uniões onde não se percebeu nenhuma ligação anterior entre os cônjuges.

Existem ainda poucos estudos que abordam a função do parentesco e do matrimônio na formação social brasileira. As análises, ainda preliminares, aqui realizadas, contribuirão para a constituição de um modelo de com-

portamento das elites agrárias brasileiras, incorporadas na sociedade pré-capitalista, suscetível à intervenção de uma série de fatores de ordem extra-econômicos, como estes que acabamos de demonstrar.

O mesmo padrão de endogamia social, matrimônios consanguíneos, casamentos por aliança, parentesco ritual, dentre outros, constitui elemento reiterado em todos os trabalhos que analisam a natureza de sociedades agrárias no Brasil. As análises de E. Metcalf, E. Kuznesof, C. Bacelar e D. Costa para São Paulo, o de S. Faria para o Rio de Janeiro, o de K. Mattoso para a Bahia, L. Lewin para a Paraíba, somados a este contribuirão para a definição de um modelo de comportamento de elites agrárias no Brasil do século XIX (Metcalf, 1983; Kuznesof, 1986; Bacelar, 1977; Costa, 1997; Faria, 1998; Mattoso, 1992; Lewin, 1993).

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Rômulo. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. USP, 1995. (Tese).
- BACELAR, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 1977.
- CARVALHO, Daniel. *Estudos e depoimentos*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1953.
- COSTA, E. V. *Da senzala a colônia*. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- COSTA, Dora Izabel Paiva. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)*. Niterói: UFF, 1997. (Tese).
- ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FILHO PROCÓPIO, José. *Salvo erro ou omissão*. p. 232, [s.n.t.].

- FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção*. UFRJ, 1983. (Dissertação).
- , *Homens de grossa aventura:acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- , FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- GIROLETI, D. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- KUSNESOFF, Elizabeth. *Household economy and urban developement: São Paulo 1765-1836*. Colorado: Westview Press, Deplain Latin American Studies, n. 18, 1986.
- LEVI, Giovanni. P. *Le pover au vilaage: histoire dún exorciste dans le Piémont du XVIIe. Siècle*. Paris: Gallimard, 1989.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX – Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1978.
- METCALF, A. C. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Texas: University Microfilms Internacional, 1983.
- OLIVEIRA, Mônica R. Capital mercantil e parentesco nas origens de um sistema agrário-exportador: Minas Gerais 1780-1870. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas. *Anais...* Curitiba: ABPHE, 1999. (CD room).

- OLIVEIRA, Mônica R. Os espaços de crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: cafeicultura mineira no século XIX. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, NHR/EDUFJF, n. 9, 1995.
- PIRES, A. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Niterói: UFF, 1993. (Dissertação).
- POLANY, Karl. *Economie primitive arcaiche e moderne*. Torino: Einaudi, 1980.
- SAES, Flávio A. *Marques de. Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- , *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SOUZA, Sônia M. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Niterói: UFF, 1998. (Dissertação).
- STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café*. p. 81, [s.n.t.].
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 3-82, jan-mar. [s.d.].
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1982.
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.